

A. I. N° - 000.904.330-6/03
AUTUADO - FREDSON SOUZA DE OLIVEIRA
AUTUANTE - LUIS CARLOS GARCIA M. COSTA
ORIGEM - IFMT-DAT/SUL
INTERNET - 10.02.04

3ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N° 0014-03/04

EMENTA: ICMS. MÁQUINA REGISTRADORA. UTILIZAÇÃO SEM AUTORIZAÇÃO DA SEFAZ. Infração caracterizada, com modificação da multa aplicada. Auto de Infração **PROCEDENTE EM PARTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração de 21/10/2003, exige a multa de R\$4.600,00, em decorrência da utilização na área de atendimento ao público de Máquina Registradora sem autorização da SEFAZ.

O autuado apresenta defesa, fls. 07/08, na qual insurge-se quanto à lavratura do presente Auto de Infração, vez que foi visitado pela equipe de fiscalização, composta pelo auditor fiscal e dois policiais, sendo que, segundo sua funcionária, o auditor, de posse do talão fiscal, questionou onde guardava o numerário, para que efetuasse o levantamento de Caixa, sendo-lhe informado que uma máquina registradora era usada apenas como gaveta. Diz que o auditor contou o dinheiro e comparando-o com as notas fiscais emitidas verificou que não havia diferença entre eles, solicitando inclusive que sua funcionária assinasse o formulário Caixa. Também que o auditor determinou que os policiais apreendessem a máquina, para que fosse verificada se a mesma era utilizada com fins fiscais, já que não emitia fita detalhe para as leituras X e Z. Assevera que os fiscais da inspetoria sabiam que a máquina era utilizada apenas como gaveta, e que além de antiga, nem fita-detelhe possuía, pois após toda a venda efetuada era emitida a nota fiscal ao consumidor. Requer que o autuante apresente as provas de sua presunção, tanto é que não foram anexadas aos autos nem os formulários Caixa, nem a leitura Z ou X, que provariam a veracidade das afirmações acima. Pede a improcedência da autuação.

O autuante presta a informação fiscal, fls. 18, e esclarece que o contribuinte utiliza o equipamento apreendido embora esteja obrigado a utilizar o ECF desde julho de 2001. Diz que o relato do contribuinte não corresponde à realidade, pois o Auto de Infração foi entregue no ato da lavratura, conforme ciência do preposto da empresa. Pede a Procedência do Auto de Infração.

VOTO

Inicialmente ressalto que o Auto de Infração, em lide, foi lavrado obedecendo aos requisitos legais, previstos no art. 39 do RPAF/99, e faz-se acompanhar do Termo de Apreensão de Livros e/ou Documentos – ECF- IF e/ou Máquinas Registradoras, fl. 04, e do Termo de Visita e/ou Termo de Intimação de fl. 03, que o fundamentou.

Assim, o Termo de Apreensão de Mercadorias e Documentos, descreve o fato motivador da infração, “equipamento sendo utilizado na área de vendas ao público sem autorização da SEFAZ”, sendo assinado pela funcionária da empresa Sra. Iraci Anunciação, mesma pessoa que recebeu o Auto de Infração em lide, ambos no dia 21/10/2003.

A legislação tributária expressamente veda o uso de Máquina Registradora para fins não fiscais ao dispor no art. 735 do RICMS/97: *“É vedado o uso de Máquina Registradora exclusivamente para operações de controle interno do estabelecimento, bem como de qualquer outro equipamento emissor de cupom ou com possibilidade de emití-lo, que possa ser confundido com Cupom Fiscal, no recinto de atendimento ao público (Conv. ICMS nº 122/94).”*

Contudo, no compulsar dos autos, verifico que o autuante não anexou cupons que teriam sido emitidos por esta Máquina Registradora, e na identificação do equipamento, fl. 04, não consta o “GT Acumulado”, o que leva à conclusão de que o equipamento estava sendo utilizado como gaveta, conforme declarou o contribuinte.

Deste modo, entendo que cabe a aplicação da multa de R\$50,00 (cinquenta reais), prevista no art. 42, XXII da Lei nº 7.014/96, pois o contribuinte infringiu a legislação ao utilizar na área de vendas ao público, o equipamento sem autorização da SEFAZ.

Do exposto, voto pela PROCEDÊNCIA EM PARTE do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 3ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº **000.904.330-6/03**, lavrado contra **FREDSON SOUZA DE OLIVEIRA**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento da multa no valor de **R\$50,00**, prevista no art. 42, XII, da Lei nº 7.014/96.

Sala das Sessões do CONSEF, 02 de fevereiro de 2004.

DENISE MARA ANDRADE BARBOSA - PRESIDENTE

TERESA CRISTINA DIAS CARVALHO - RELATORA

LUÍS ROBERTO DE SOUSA GOUVÊA - JULGADOR